

ILUSTRÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE OBRAS DA SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA COMPRAS E LICITAÇÕES – SUPEL/RO

Edital de Licitação: 010/2023/CPLO/SUPEL/RO

Processo Administrativo: 0020.084523/2022-86/PGE/RO

Objeto: Reforma do Imóvel que sedia a Procuradoria Regional de Vilhena - PRV/PGE-RO, no município de Vilhena-RO

Recorrente: JRP Engenharia Ltda Epp

Recorrida: B. de Alcântara Mourão

B. DE ALCÂNTARA MOURÃO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº: 12.858.187/0001-48, com endereço na Rua Pio XII, nº 905, Sala 02 e 03 Bairro: Pedrinhas, Cep:76.801-483 Porto Velho/RO, Tel.: (69) 99282-8208 / 2141-9300;
E-mail:balcantaramourao@gmail.com



Neste ato regulamente representado pelo sócio:

Bruno de Alcântara Mourão,

Brasileiro, divorciado, empresário, Engenheiro Civil, natural de Porto Velho/RO, inscrito RG:736.052 SSP/RO e CPF: 750.697.092-91.

Vem apresentar, tempestivamente, suas contrarrazões, na forma dos fatos e fundamentos a seguir aduzidos.

1. DOS FATOS

A Recorrida está participando do certame Concorrência Pública n. 010/2023/CPLO/SUPEL/RO, tendo sido classificada para a fase de abertura dos envelopes. A Recorrente, porém, foi desclassificada, por não ter atendido uma das exigências do instrumento convocatório, no tocante ao atestado de capacidade técnica.

Diante desse contexto, a empresa em questão apresentou o presente recurso, o qual, conforme se verá adiante, não merece acolhimento.

2. DOS FUNDAMENTOS

a) DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS / JUNTADA POSTERIOR QUE NÃO SE JUSTIFICA NO CASO CONCRETO

A Recorrente por não comprovar qualificação técnica operacional para o serviço de "Execução de Forro modular termo acústico, inclusive estrutura de fixação", bem como não comprovar quantitativo mínimo para qualificação técnica operacional do serviço de "Execução de Guarda-Corpo", descumprindo, parcialmente, o exigido no item 15.3, alínea "d" do Edital.

Apesar dos argumentos apresentados no recurso, a tese defendida pela Recorrente não merece prosperar, uma vez que **está-se falando de documento indispensável em qualquer procedimento licitatório, a saber, o atestado de capacidade técnica. De todos os documentos necessários à habilitação, esse certamente é um dos mais relevantes e que dispensam maior atenção por parte das empresas licitantes.**

a.1) AUSÊNCIA DE SIMILARIDADE DO SERVIÇO / ATESTADO JUNTADO POSTERIORMENTE QUE TAMBÉM NÃO ATENDE ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL

A exigência do Edital foi a seguinte:

“15.3 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

[..]

d) Atestado de Capacidade Técnica – ACT em nome da licitante emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, onde comprove a execução de obra com características semelhante ao objeto da licitação, contendo, no mínimo, a execução dos serviços abaixo relacionados, admitindo-se somatório de atestados sequenciais, mesmo que realizados em períodos distintos:

ESPECIFICAÇÕES	METRAGEM MÍNIMA	PERÍODO MÍNIMO
Execução de aplicação e lixamento de massa látex em paredes	1.113,09 m ²	15 Dias
Execução de instalação de revestimento cerâmico para piso com placas tipo porcelanato	325,93 m ²	15 Dias
Execução de telhamento com telha metálica	176,02 m ²	15 Dias
Execução de Forro modular termo acústico, inclusive estrutura de fixação	181,03 m ²	15 Dias
Execução de Guarda-Corpo	11,56 m ²	15 Dias

d.1) Os atestados serão aceitos somente quando houver a indicação do nº da ART que lhe deu origem ou acompanhado do acervo técnico do profissional, referente ao atestado apresentado.

d.2) Os atestados e os acervos apresentados pelas empresas deverão ser destacados os itens que comprovarão as exigências.

O documento juntado pela Recorrente atende parcialmente o item “Execução de Guarda corpo”. De fato, consta no atestado apresentado pela recorrente as seguintes informações:

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

ATESTAMOS em razão dos compromissos entre **BALCONI & BALCONI LTDA**, inscrita no CNPJ nº 82.684.150/0005-50 e a empresa **JRP ENGENHARIA LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ nº 14.878.898/0001-00 na realização da obra abaixo discriminada, o desempenho satisfatório com apresentação de bom nível técnico e qualitativo dos serviços executados, sob a responsabilidade do Engº Civil e Segurança Do Trabalho **JADISON RONALDO PAGANINI CREA 1722 D/RO**.

OBRA EXECUTADA:

Nome da obra: **Execução e instalação de guarda corpo**, localizado Rua Castelo Branco, Bairro Cidade Alta, na Cidade de Rolim de Moura –RO.
 Contrato nº: **001/2023**
 ART nº: **8500216182**
 Período de Execução: **21/07/2023 à 28/07/2023.**

CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS:

Item	Descrição	Und	Quant.
1	Execução de guarda corpo 14,40m X 1,10m	m²	15,84m²

Imagem 01. Trecho do documento de Habilitação da empresa JRP Engenharia LTDA – EPP, página 66 do arquivo JRP_Engenharia__1.2.pdf, disponibilizado no portal SEI.

Conforme se verifica, a Empresa promoveu a instalação de um guarda corpo acima da quantidade mínima exigida pelo Edital, porém, o item não atende ao prazo mínimo de execução, fato este se quer mencionado no recurso da Recorrente.

Analisando o Atestado de Capacidade Técnico, verificamos as seguintes informações:



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-RO
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de RO

ART de Obra ou Serviço
2320238500216182

1. Responsável Técnico
JADISON RONALDO PAGANINI
Título do Profissional: **ENGENHEIRO CIVIL / ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO**
Empresas.: JRP ENGENHARIA LTDA

2. Dados do Contrato
Contratante: **BALCONI & BALCONI LTDA-ME**
RUA: **CASTELO BRANCO**
Nº: 862
Comp.:
Contrato: N° 001/2023
Valor: 2.500,00
Honorário: 0,00
Ação Institucional: Não informado
Forma de Registro: Inicial
Bairro.: **CIDADE ALTA**
Cidade.: **ROLIM DE MOURA**
UF: RO
Celebrado:
Tipo Contratante:
Motivo: Novo Contrato

3. Dados da Obra/Serviço
Rua: **CASTELO BRANCO**
Nº: 862
Comp.:
Data de Início: **21/07/2023**
Previsão de término: **30/07/2023**
Coordenadas Geográficas:
Bairro.: **CIDADE ALTA**
Cidade: **ROLIM DE MOURA**
UF: RO
CEP.: 76940000
Telefone.:
UF: RO CEP.: 76940000
CPF/CNPJ: 82684150000550

4. Atividade Técnica
Nível de atuação: **EXECUÇÃO**
Atividade técnica: **EXECUÇÃO DE INSTALAÇÃO DE ADEQUAÇÃO PARA ACESSIBILIDADE**
QTD: 15,84
Unidade: m2

Imagem 02. Trecho do documento de Habilitação da empresa JRP Engenharia LTDA – EPP, página 67 do arquivo JRP_Engenharia__1.2.pdf, disponibilizado no portal SEI.

Conforme evidenciado, ambos os documentos de comprovação de capacidade Técnica não atendem o prazo mínimo de 15 (Quinze) dias exigidos no Edital.

Dessa forma, não apresentando o prazo mínimo de execução, pede-se a rejeição do atestado apresentado pela Recorrente, pois não atende às exigências do instrumento convocatório.

3. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

Comprovado o não cumprimento por parte da empresa recorrente as regras editalícias, é oportuno transcrever a lição do mestre Hely Lopes Meirelles acerca do edital, segundo o qual:

"A vinculação ao edital é princípio básico de toda a licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do

procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. O Edital é a lei interna de licitação e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu (art. 41).". ("in" "Direito Administrativo Brasileiro", Malheiros Editores, São Paulo, 29ª ed., 2004, p.268)."

O edital forma lei entre as partes, imputando aos participantes do processo licitatório a cumprirem à risca as normas ali impostas. A vinculação do edital está prevista no art. 41, §2º, da Lei 8.666/93, conforme o entendimento a seguir:

"Ali, fixa-se prazo para que o licitante possa impugnar os termos do edital. Expirado esse prazo, decairá o participante da licitação do direito de impugná-lo. Isto significa dizer que quem participa da licitação não pode esperar pela sua inabilitação ou desclassificação para, somente então, impugnar a regra contida no edital que levaria à sua exclusão do processo.". (Curso de Direito Administrativo, 2007, p.417)."

Cabe citar, ainda:

"Frize-se, e não cabe olvidar, que o licitante poderia, na forma da legislação vigente, impugnar o edital até o segundo dia útil que antecede a abertura dos envelopes de habilitação e não o fez. Após, o direito se esvai com a aceitação das regras do certame.". (STJ – RESP 402826 – SP, Relatora: Ministra Eliana Calmon)."

Assim, e numa análise exclusivamente positivista, decai o direito à impugnação do edital, independente do vício existente, caso inerte o interessado até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes.

Fato este mencionado pela Presidente da comissão durante o questionamento por parte do Representante Legal da Empresa B. de Ancantara Mourão durante a seção de Abertura de envelopes, conforme gravação disponibilizada no site oficial da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, através do link:

<https://www.youtube.com/watch?v=dRdGSJbS4aE> : Fala no minuto 52:11

<https://www.youtube.com/watch?v=p5U7xoJv4GY> : Fala no minuto 52:43

Ficando consolidada a decisão desta comissão em atendimento ao ato convocatório.

Caso a Comissão entenda por aceitar o pedido da Recorrente, no que concerne à aceitação do Atestado de Capacidade Técnica, pede-se desde já que seja apresentada decisão fundamentada quanto aos motivos autorizadores da medida, em observância aos princípios da Isonomia, Vinculação ao Instrumento Convocatório, do Contraditório e da Ampla Defesa.

4. DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer:

a) A rejeição de todos os pedidos do recurso, mantendo-se a desclassificação da Recorrente;

b) Caso provido o recurso, sejam apresentados os motivos autorizadores para aceitação posterior dos documentos apresentados pela Recorrente, em observância aos princípios da Isonomia, Vinculação ao Instrumento Convocatório, do Contraditório e da Ampla Defesa.

Porto Velho, 17 de agosto de 2023.



B DE ALCANTARA
MOURAO:1285818700
0148
2023.08.17 16:46:01
-04'00'

B. DE ALCANTARA MOURÃO
REQUERENTE
BRUNO DE ALCANTARA MOURÃO
CREA: 4445 D/RO